

6

Texto 08

Quinta-feira, 29 de setembro de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

A falta que a cláusula de barreira faz

A ressurreição do PSD (Partido Social Democrático) cumpre a sina desta sigla histórica de servir para a acomodação de forças políticas. Nada a ver com uma legenda surgida de bases com projeto próprio, insatisfeitas com os rumos da política e que, por isso, decidem lançar uma nova proposta ao eleitorado.

Se, em 1945, o partido saiu do varguismo apenas para, ao lado do PTB, aumentar a artilharia contra a UDN, ele reemerge em São Paulo por iniciativa do demista Gilberto Kassab, só para o prefeito escapar do emparelhamento entre tucanos e petistas, e poder estabelecer alianças com liberdade, não importa com quem, tudo a depender das condições oferecidas. Nas palavras do seu reinventor, o PSD não é de direita, nem de esquerda, nem de centro. Por suposto.

A definição é perfeita para o próprio quadro partidário brasileiro, muito pulverizado. Com notórias exceções, são legendas sem

ideologia clara, tampouco têm projeto de governo e poder. Aliás, como o fisiologismo passou a guiar as negociações de alianças desde a ascensão do lulopetismo, em 2003, mesmo partidos com história de luta político-ideológica perderam o rumo programático e também entraram no pregão do toma lá da cá em Brasília.

O PSD nada acrescenta ao quadro partidário do ponto de vista do interesse do eleitor preocupado em dar um destino responsável a seu voto. Apenas põe mais uma carta neste confuso baralho. Mas ao menos serve para serem recolocadas em circulação propostas de cláusulas de barreira,

ou desempenho, necessárias para limpar este quadro partidário poluído de legendas nicas, de aluguel. Várias são, literalmente, guichês de negociatas, em que são vendidos ho-

rário na programação política dita gratuita, apoios etc. E enquanto isso seus "dirigentes" faturam o dinheiro fácil do contribuinte trans-

ferido para o fundo partidário e obrigatoriamente distribuído entre todos os partidos, inclusive os de aluguel, é claro.

No final de 2006, o Supremo Tribunal Federal (STF) revogou lei aprovada em 1995 que instituiu cláusulas de barreira para entrarem em vigor uma década depois: o partido teria de atrair pelo menos 5% dos votos nacionais e 2% ou mais em no mínimo nove estados. Caiu sob o argumento de que contrariava o preceito constitucional do pluralismo. Mas também pesou o fato de o assunto ter sido regulado por lei ordinária. Há quem, no próprio STF, considere ser viável tratar do tema por meio de emenda constitucional, em

que precisaria existir algum dispositivo para manter as legendas chamadas programáticas e históricas. A opinião foi dada pelo ministro Ricardo Lewandowski, em entrevista publicada em junho pelo "Consultor Jurídico". Ele parte do princípio, correto, de que um número excessivo de partidos não faz bem à democracia. Regimes democráticos sólidos têm filtros para impedir o espalhamento partidário. A Alemanha é o caso sempre citado, e sem ter impedido a criação e fortalecimento do Partido Verde. Mesmo o Brasil, no Código Eleitoral de 1950, depois da ditadura do Estado Novo varguista, previa barreiras a serem ultrapassadas pelas legendas.

Costuma-se reclamar do "presidencialismo de coalizão". Mas o problema está no número das legendas que se apresentam para as alianças. Com a dificuldade de serem alcançadas maiorias pelas urnas, é grande a tentação de instituir-se o "presidencialismo de transação".

Excesso
de partidos
incentiva o
"presidencialismo
de transação"

6

Texto 09

Quarta-feira, 1 de junho de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Causas antigas da violência no campo

Do chamado massacre de Carajás, em 1996, até agora, foram 212 pessoas assassinadas na região de Marabá (PA) devido a conflitos agrários, pelos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Mesmo que haja alguma superestimativa nos números, por motivos políticos, fica comprovada a gravidade da violência naquela região do Pará.

A morte há dias do casal José Cláudio e Maria do Espírito Santo, tudo indica por denunciarem desmatamentos ilegais, é a mais recente contribuição a esta estatística macabra. Na manhã de ontem, a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, recebeu da direção da CPT a relação de 1.855 pessoas sob a mira de madeireiras, desmatadores, etc. Como ocorre nessas situações, o assassinato do casal levou a uma grande mobilização de ministros e autoridades em geral, para conter a escalada da violência. Mas Rosário foi direta,

na reunião de ontem: não há como o governo garantir a segurança de todos. Compromete-se a cuidar dos casos mais graves. Mas como garantir que alguém que recebeu apenas uma ameaça não será alvejado antes de outros mais visados?

O Estado não pode proteger todos, como não atendeu aos pedidos sucessivos de ajuda do casal José e Maria. Muitos sabiam, inclusive agentes públicos, que o casal estava marcado para morrer. Temos aqui mais uma demonstração cabal de que o Estado brasileiro é débil onde deveria ser forte — na segurança, no caso — e opressivo onde não é necessário — por exemplo, na expropriação tributária.

A coreografia encenada em Brasília é conhecida. É a mesma de vezes anteriores.

Foi assim na morte de Chico Mendes, em 1988, em Xapuri (AC). Também na da freira missionária americana Dorothy Stang, em 2005, em Anapu (PA). A Polícia Federal e a Força Nacional são acionadas, promotores e procuradores se agitam, mas o tempo passa, o aparato é desmobilizado, até voltar a vigorar a lei do gatilho.

É de fato difícil montar um sistema amplo de segurança pública em regiões tão distantes das capitais e tão extensas, embora seja imperdoável o imobilismo do poder público em casos como o do casal assassinado há pouco. Agrava ainda, o quadro de violência ela se alimentar de distorções que vêm de longe.

Há a questão da titularidade da terra, mas existem também erros crassos na co-

lonização da Amazônia, cometidos desde a ditadura militar. Um dos resultados é que assentamentos de reforma agrária, do In-cra, tornam-se vetores da destruição da floresta, por mais que o governo do PT, por razões políticas, queira omitir o fato. Sem alternativa de sobrevivência, só resta a assentados derrubar árvores.

Reportagem publicada domingo no GLOBO, feita na dinâmica fronteira de desmatamento de Mato Grosso, é didática: enquanto não se tornar a floresta mais rentável em pé do que transformada em toras, carvão e espaço para pasto, conter a derubada será luta inglória ou quase isso. Claro que muito falta a ser feito na repressão e vigilância. Mas é crucial haver um sistema de exploração racional da floresta que gere renda e emprego para quem vive naquelas imensidões, sem precisar da motosserra.

E há conhecimento técnico disponível para tal.

A cada
assassinato,
arma-se um
teatro em
Brasília

6

Texto 10

Quinta-feira, 12 de maio de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Arquivos das Farc denunciam Chávez

O "Dossiê das Farc", divulgado pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IIES), de Londres, revela a extensão do envolvimento do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, com a guerrilha narcosquerdista da Colômbia. O documento foi elaborado a partir da análise de milhares de e-mails e documentos dos arquivos eletrônicos apreendidos no ataque da Colômbia ao acampamento do chefe guerrilheiro Raúl Reyes, morto na ação no Equador, em 2008. Segundo o principal pesquisador, James Lockhart Smith, o apoio de Chávez às Farc foi uma "política de Estado" desde sua subida ao poder.

O dossiê mostra que Chávez usou as Farc para obter dividendos políticos num período de grande tensão com a Colômbia, então presidida por Álvaro Uribe. E para espezinhar os Estados Unidos, que mantém uma estreita colaboração financeira e militar com o governo colombiano. A Venezuela ofereceu apoio lo-

gístico, político, territorial, migratório e financeiro às Farc. Membros do governo de Caracas chegaram a pedir à guerrilha que desse treinamento a milícias pró-Chávez depois do golpe frustrado contra ele, em 2002, e até que matassem opositores do coronel, embora não haja provas de que Chávez soubesse da encomenda. Quem também sai chamuscado do dossiê é o presidente do Equador, Rafael Correa, cuja campanha presidencial de 2006 teria recebido US\$ 400 mil da guerrilha. Quito nega.

O trabalho do IIES, realizado ao longo de dois anos, mostra que, se Chávez prometeu usar petrodólares (US\$ 300 milhões) para comprar armas para os guerrilheiros colombianos, estes usaram dinheiro do narcotráfico para cimentar alianças. Ainda em 1992, quando o en-

tão coronel da ativa Hugo Chávez foi preso numa tentativa frustrada de golpe, seu movimento MBR-20 recebeu ajuda de US\$ 150 mil das Farc. Teriam essa origem também os fundos que ajudaram a eleger Correa, no Equador.

Um dos aspectos que transparece dos arquivos é a desfaçatez de Chávez, capaz de manter uma relação estratégica com as Farc, quando lhe interessa, e de descumprir as promessas depois. Num e-mail de um integrante do secretariado da guerrilha, o bolivariano é citado como "divisivo e ardiloso". Depois de eleito, o equatoriano Correa tampouco correspondeu ao que dele esperavam as Farc, embora um eventual relacionamento entre os dois lados possa ter sido abortado pela incursão colombiana em território do Equador, que resultou na morte de

Raúl Reyes. A ação aprofundou, na época, a tensão entre Venezuela e Equador, de um lado, e a Colômbia, de outro.

O sucessor de Uribe na Colômbia, Juan Manuel Santos, percebeu que seu país e a Venezuela teriam graves prejuízos se mantivessem a hostilidade mútua e decidiu esvaziar as tensões, tendo obtido reciprocidade de Chávez. Tanto que, em nome da distensão, Bogotá preferiu não comentar as revelações do dossiê.

De toda forma, emerge do documento o caráter não confiável de Chávez, cujas ações tendem a desestabilizar sua área de influência e a própria América do Sul. É óbvio que a distensão com a Colômbia é o que mais lhe interessa no momento. Como lhe interessa a entrada da Venezuela no Mercosul, pendente apenas de um "sim" do Congresso do Paraguai. Não se concebe é que continue a ideia de se permitir a este sementeiro de discórdias e desconfiadas atuar num projeto de integração sul-americana.

Petrodólares e dinheiro do narcotráfico na política latino-americana

6

Texto 11

Terça-feira, 10 de maio de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

A múltipla 'herança maldita' das eleições

O termo foi criado no início do primeiro governo Lula para justificar as medidas (corretas) de corte de gastos e elevação dos juros, para defender a estabilização da economia, afetada pela natural reação do mercado ao risco da chegada do próprio PT ao Executivo federal. O dólar disparou e a inflação foi atrás, por inevitável, com a fuga de investidores diante da proximidade da chegada ao poder de um grupo político conhecido pela defesa de medidas radicais como calotes nas dívidas externa e interna, corte de juros por decreto, aumento desregrado de gastos públicos, entre outros delírios.

A primeira reação defensiva do partido e do ainda candidato Lula, diante dos efeitos do próprio veneno, foi, antes da fase final da campanha, em meados de 2002, se comprometerem, na Carta ao Povo Brasileiro, com as regras de uma economia de mercado, sem quebra de contratos e atentados à ordem ju-

ridica. Foi um avanço, mas não o suficiente para conter a fuga de capitais e a remarcação de preços em função da disparada do dólar. Engendrou-se, então, a desculpa da "herança maldita" dos tuanos, para justificar uma política econômica oposta a tudo que o PT e o já presidente da República pregaram.

A ironia é que o termo serve muito bem para designar a relação de problemas deixados por Lula para sua candidata vitoriosa, Dilma Rousseff, com a peculiaridade, também irônica, de a presidente, ministra nos oito anos dos dois mandatos petistas, ser coautora da agenda de dificuldades. No plano macroeconômico, restou para Dilma administrar uma enorme pressão inflacionária, causada basicamente pelo excesso de gastos feitos em 2009 e 2010,

com o objetivo declarado de compensar a pressão recessiva decorrente da crise mundial, mas com a intenção oculta de eleger a ministra.

Reportagem do GLOBO acrescentou a esta herança um rastro de obras inacabadas, malfeitas ou sequer iniciadas, e que serviram apenas de palanque para o presidente Lula fazer campanha eleitoral. Na época, era previsível que a falta de limites com que o presidente se lançou à campanha iria prejudicar muito eleitor ingênuo. Fez-se começo em assinatura de contrato, lançamento de pedra fundamental, até em visita a canteiro de

obras. A reportagem listou alguns exemplos lapidares de manipulação de obras públicas com objetivo eleitoral: no Piauí, o hospital da universidade federal no estado, palco de

ensurdecadora fanfarra na campanha petista, não funciona por falta de funcionários; um trecho da ferrovia Norte-Sul, anunciado para ser completado em 20 de dezembro, continua na mesma até hoje; projetos de saneamento e habitação popular para Campo Grande, Mato Grosso do Sul, "inaugurados" na campanha, ainda estão nas pranchetas. Há, ainda, conjuntos habitacionais inaugurados de fato, mas que, pouco depois de entregues, começaram a apresentar graves falhas de construção. Esta herança deveria ensinar ao eleitor a se precaver quando um governo investe com vigor, sem nada temer por se sentir unguido por alta popularidade, para eleger alguém a qualquer preço.

Serve também de peça pedagógica para a Justiça, por ela não ter feito cumprir a legislação existente a fim de impedir uma disputa desigual em campanha entre situação e oposição. Os tribunais parecem ter temido os índices de aprovação do governo. Erro grave.

Obras inacabadas, malfeitas e não iniciadas serviram de palanque de campanha

6

Texto 12

Quinta-feira, 9 de junho de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Corrupção no Rio é desafio para a Justiça

É inaceitável o quadro que salta do levantamento do GLOBO com o despecho de processos abertos contra agentes do poder público envolvidos em denúncias de corrupção na capital fluminense. De um total de 378 ações de improbidade administrativa abertas no município do Rio entre 1994 e 2011, é insignificante o número de procedimentos julgados. Dos poucos casos analisados pelo Judiciário resultaram em torno de 40 sentenças — algumas de absolvição e a maioria, decisões de primeira instância, passíveis de serem modificadas até o limite da prescrição, por conta de ritos judiciais explorados com sagacidade por bons advogados, especialistas em chicanas as mais diversas, tudo com o propósito de evitar, como evitam, o ajuste de contas de agentes da corrupção com a Justiça.

Trata-se de produção judicial indigente, emblematicamente reduzida para um estado

cuja administração nas três instâncias de Poder é marcada por escabrosos casos de crimes de colarinho branco. Episódios exemplares de malfeitos com o cofre público — como o Propinoduto e outros, responsáveis por uma incalculável sangria nas finanças do Estado — reforçam a indignação contra a quase inexistência de punição a seus autores.

Não são desconhecidas as variáveis que se juntam para formar a equação da impunidade. Uma é crônica: a proverbial lerdeza do Judiciário na apreciação de processos sob sua guarda, sejam eles decorrentes de denúncias de desvios no serviço público ou não. Para essa pouca diligência contribui a própria dinâmica dos ritos judiciais, que, bem explorados por advogados competentes,

contribuem — dentro da legalidade, frise-se — para a procrastinação de ações que buscam a reparação de atos administrativos im-

probos. E a estas se adiciona outra variável, esta contraditoriamente revestida de bons propósitos: o excesso legiferante, do qual costumam resultar leis em demasia, que se propõem atacar determinados contenciosos legais, mas que nem sempre alcançam os objetivos que as patrocinaram.

Tal parece ser o caso da lei 8.429, de 1992, conhecida como Lei do Colarinho Branco. Há algo a ser analisado criticamente num dispositivo legal que, desde sua vigência, não levou à condenação réus de mais do que 1% dos processos abertos na capital do Rio, tampouco mudou uma realidade

em que, por exemplo, há casos de ações há 20 anos à espera de conclusão.

Ouvindo sobre a existência de tantos casos impunes, e sobre a ineficiência da norma promulgada quando era ministro da Justiça, no governo Collor, o jurista Célio Borja pôs o dedo na ferida, admitindo que houve motivação política na época da aprovação da lei: "Toda lei que pune desvios de conduta na área pública é boa. Mas a multiplicação de leis não é boa. Mesmo uma lei ruim, aplicada por um juiz sábio, produz resultados. Já uma excelente lei, aplicada por um juiz malformado, gera tantas dúvidas que o processo vai para a gaveta." A saída? Ele próprio aponta: cobrar do Judiciário. Agentes da corrupção costumam ter boas relações no poder, e é mesmo difícil lhes pôr as mãos. Mas há caminhos, que precisam ser trilhados para ao menos reduzir a níveis menos escandalosos a leniência da Justiça, combustível para a impunidade.

Não se justifica a existência de processos que estão há 20 anos à espera de decisão

6

Texto 13

Quarta-feira, 11 de maio de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Criação de estados prejudica contribuinte

A tradição brasileira de o Estado criar gastos e repassar a conta para o contribuinte não para de ser fortalecida. É em nome dela que, desde a estabilização da economia, com o Plano Real, em 1994, até hoje a carga de impostos sobre a sociedade subiu sete pontos de PIB, de 28,4% para 35% — o mais elevado índice no bloco de países emergentes, superior mesmo ao peso relativo dos impostos cobrados em nações do Primeiro Mundo, como Estados Unidos e Japão. O fato é conhecido, costuma ser criticado por técnicos e até mesmo políticos, mas a tradição se mantém. E está mais viva do que nunca, demonstra agora a descabida aprovação na Câmara de projetos para a realização de plebiscitos sobre o desmembramento do Pará em mais dois estados, Carajás e Tapajós. Não é difícil prever a dimensão do que este tiro de ogiva dupla contra os interesses do contribuinte e da sociedade como

um todo significará em termos de gastos adicionais na montagem de Casas legislativas, governos, servidores, mordomias em geral.

A pedido do site G1, o economista Rogério Boueri, do Instituto de Planejamento de Economia Aplicada (Ipea), do governo federal, fez alguns cálculos do custo da farra. Com base em parâmetros de 2008, o economista estima que Tapajós e Carajás teriam de contar com R\$ 2,2 bilhões e R\$ 2,9 bilhões por ano, respectivamente, para se manter. E, projetada a arrecadação dos dois novos estados, restaria um déficit anual de R\$ 2,1 bilhões, a ser devidamente remetido ao Tesouro. Leia-se, aos contribuintes de todas as regiões do país. Este será o preço desses projetos, como os demais do gênero inspirados

na intenção de caciques políticos de contar com sua própria máquina burocrática para exercitar o clientelismo, sob os auspícios dos pagadores de impostos. Consuma-se o sonho deste tipo de político: vagas para preencher e dinheiro público para gastar.

Promulgada a atual Constituição, em 1988, foi aproveitada a desconcentração do poder político para a montagem de uma indústria de criação de municípios. Naquele ano, havia 4.180 prefeituras; em pouco tempo, brotaram de conchavos políticos regionais outras mil. Na Era FH, criaram-se alguns obstáculos para conter aquela indústria.

Mesmo assim, existem hoje 5.564, a esmagadora maioria de dependentes de repasses da União. Será o futuro dos novos estados, se

criados. Com o agravante de alterar, para pior, a representatividade política do Congresso, já desbalanceada pelo Pacote de Abril, do governo Geisel, em 1977, baixado, entre outros objetivos, para acabar com a proporcionalidade entre população e assentos na Câmara. A manobra ampliou a representatividade de estados menos desenvolvidos, onde o partido do regime, a Arena, reinava. A distorção foi mantida e será agravada com a expansão da banda do Norte.

O desatino é maior, pois há outros projetos de criação de estados. Politicamente inaceitáveis e financeiramente ineptas, estas propostas, se concretizadas, só irão aumentar o já bastante elevado custo do Estado, sem qualquer benefício para a população. Se a multiplicação de municípios não equacionou problemas básicos, o mesmo também não acontecerá caso sejam acrescentados mais estados aos 27 existentes.

Multiplicação de municípios já provou a ineficácia da fórmula

6

Texto 14

Quarta-feira, 15 de junho de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Atentado contra a História do país

Um dos indicadores da qualidade de um regime democrático é em que medida a sociedade tem acesso a informações de interesse público sob a guarda do Estado. Quanto maior a dificuldade nesse acesso, mais autoritário o regime, cujas características são o distanciamento e a desconfiança entre o poder público e os cidadãos.

O Brasil, um país de longa tradição de Estado unitário, não tem bom histórico neste aspecto. Daí até hoje não se poder consultar documentos sobre a Guerra do Paraguai, travada no século XIX, encerrada há 141 anos. Trata-se de um crime contra a memória nacional.

Coerente com o atual processo de consolidação da democracia no país, quando se completam 26 anos ininterruptos de estado de direito, recorde na República, tramita no Senado a Lei de Acesso à Informação Pública.

Enviado ao Congresso em 2003, no início do governo Lula, o projeto de lei moderniza as regras de consulta a essas informações e cria três níveis de restrição: documentos reservados (cinco anos de sigilo); secretos (15 anos) e ultrasecretos (25), com a possibilidade de uma renovação de prazo em cada nível. Assim, o máximo que um arquivo do Estado ficará hermeticamente fechado será por 50 anos.

É razoável, se considerarmos que os Estados Unidos acabam de liberar arquivos da Guerra do Vietnã 36 anos depois do encerramento do conflito. Mesmo assim, com 11 palavras censuradas, uma prerrogativa também aceitável do Estado.

Mas o país pode recuar para a velha opacidade com que os políticos brasileiros costumam proteger suas biografias, funcionais ou não, e instituições se colocam acima da sociedade, caso o governo Dilma de fato aceite o inaceitável e acolha o veto dos ex-presidentes Fernando Collor e José Sarney, do Itamaraty e das Forças Armadas à nova lei. Todos desejam manter o sigilo eterno. Trata-se de uma excessividade, inadequada a um país democrático. O que temem ex-presidentes, o Itamaraty e as Forças Armadas causar, ou enfrentar, quando seus arquivos forem abertos 50 anos depois de terem sido classificados e trancafiados?

A mais poderosa nação do planeta esperou apenas 36 anos para permitir consultas sobre uma guerra em que foram cometidas atroci-

dades capazes, é muito provável, de superar o que se esconde nos registros sobre a entrada de tropas brasileiras no Paraguai.

É a certeza de que terá informações sobre a sua gestão abertas à sociedade que ajuda a enquadrar os governantes no padrão mais adequado da ética. Realimenta a democracia americana, por exemplo, o fato de Sarah Palin ter de fornecer à imprensa, por força de lei, os e-mails despachados do seu gabinete quando era governadora do Alasca.

Caso o governo Dilma Rousseff se curve ao veto, será, também, de extrema incoerência com o que prega em relação aos arquivos dos porões da ditadura militar. Quem defende a constituição da Comissão da Verdade, para familiares de mortos e desaparecidos nos Anos de Chumbo saberem o destino dos parentes, não pode aceitar a perpetuação do sigilo eterno em informações do Estado. No mínimo, será cúmplice da censura de partes da História brasileira.

Veto ao Acesso
à Informação
prejudica
Comissão
da Verdade

6

Texto 15

Quarta-feira, 5 de outubro de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Assentados ajudam a destruir a Amazônia

Os assentamentos ainda são um dos maiores vilões do desmatamento na floresta amazônica. Em 2004, levantamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) mostrou que as comunidades de assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) respondiam por pelo menos 15% da área destruída na Amazônia Legal. Não há sinais de melhora nessa radiografia nos últimos sete anos. Ao contrário. Em 2008, 11 assentamentos do Incra apareciam num relatório do Ministério do Meio Ambiente entre os cem maiores desmatadores da região. Mais grave ainda, áreas distribuídas a famílias de assentados ocupavam as seis primeiras colocações da lista. Na mesma época, o ministério divulgou um dado aterrador, oriundo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe): em apenas trinta dias, o ritmo de devastação na Amazônia subira 133%.

Boa parte deste total se devia à ação predatória de assentados pelo Incra.

Em 2009, o próprio Incra divulgou um documento mostrando que os assentamentos de reforma agrária haviam contribuído, no ano anterior, com 21% do desmatamento na Amazônia Legal. No início deste ano, documento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) reforçou advertências anteriores de que essa equivocada política de distribuição de terras é um dos principais entraves para as ações de contenção do avanço sobre a floresta.

A situação é particularmente crítica no Pará (cujos assentamentos respondem por 51% do total desmatado) e em Mato Grosso (com

22%, e onde estão as 11 áreas de reforma agrária incluídas na lista negra do Meio Ambiente). São bem conhecidas as causas do avanço da

destruição na Amazônia. Esse processo é fruto de uma equação na qual se juntam a concentração de lotes, decorrente da pressão de madeireiras e especuladores sobre os donos de áreas distribuídas pelo Incra, pouca eficiência da política de assentamento do órgão (com ineficazes ações de planejamento, insuficientes linhas de créditos e carência de apoio técnico às famílias beneficiadas) e desvirtuamento do princípio da reforma agrária. As terras, distribuídas a assentados de baixa renda, quase invariavelmente são desviadas para destinações predatórias contra a floresta — a pecuária e a agri-

cultura (responsáveis pelo aumento do número de queimadas, uma das mais agressivas formas de destruição da mata nativa), e a exploração não racional da madeira.

A discrepante visão de um mesmo problema por órgãos da União — o Meio Ambiente e o Incra — produziu em 2008 um choque de interesses em Brasília. Pressões e trocas de acusações de um lado e de outro expuseram as contradições de um governo em que se gladiam grupos com os mais diversos interesses, e que produziu um equivocado modelo de assentamentos. Nele, são visíveis os prejuízos para o meio ambiente, e não há avanços substanciais no que diz respeito a superar históricas demandas fundiárias, uma vez que as famílias beneficiadas, cedendo a pressões econômicas, acabam se desfazendo de seus lotes e voltando à condição de sem-terra. São inquestionáveis evidências de que é necessário rever tal política.

Áreas distribuídas
pelo Incra
respondem por
15% a 21% dos
desmatamentos

6

Texto 16

Quinta-feira, 4 de agosto de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Controle da verba para Ensino é tíbio

A União acertou, no segundo governo Lula, ao chamar para si a responsabilidade de coordenar a melhoria do ensino básico do país, até então preso à norma que deixava por conta de estados e municípios, cada um com suas particularidades de uma Federação de proporções continentais, a atribuição de elaborar seus respectivos planos educacionais. O MEC lançou o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e ampliou-se a abrangência do antigo Fundef, transformando-o no atual Fundeb, para tratar de todo o ciclo básico — da creche ao ensino médio. Em 2007 foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb), importante instrumento de avaliação da qualidade de cada escola, de cada rede de ensino, e também um indicador para a aplicação dos recursos distribuídos pelo Fundo.

Se é acertado o sistema, infelizmente ele é

operado com tíbios instrumentos de controle. Daí erros, equívocos ou atos de má-fé provocados quase sempre pela esperteza de gestores na ponta por onde os recursos efetivamente chegam à rede escolar. Pode-se ter uma ideia da maneira torta com que são feitos os repasses a partir do quadro de distribuição das verbas no Estado do Rio, como mostrou reportagem do GLOBO no fim de semana. Dos mais de R\$ 1,7 bilhão remetido em 2010 pelo Fundeb às 92 prefeituras fluminenses, quase metade (47%) beneficiou municípios nos quais os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo

(Caas), exigidos por lei, não existem ou, criados, estão em situação irregular no MEC. Em algumas cidades a irregularidade é ampliada

pela inexistência do Plano Municipal de Educação, responsável pela fixação de metas e diretrizes para o setor e também uma exigência legal.

Levantamento da Comissão de Educação da Alerj alinha casos indefensáveis. Em Magé, por exemplo, o Tribunal de Contas apontou superfaturamento na compra de merenda para os alunos. Em Queimados, apesar dos repasses, faltam professores, e as refeições escolares estão limitadas a arroz, feijão e angu. São situações que não deixam margem de dúvida: os recursos do Fundo são usados sem controle

efetivo. Não é difícil imaginar como tal leniência alimenta mecanismos de desvio, para propósitos alheios aos da Educação,

do dinheiro que deveria ser empregado na melhoria da qualidade do ensino. Pior: os casos relatados pela Alerj dizem respeito a municípios de um estado onde, ao menos em tese, os órgãos de fiscalização, como o TCE, são mais atentos a ações de malversação de verbas públicas. A realidade é certamente mais sombria em estados e cidades desguarnecidos de instrumentos de monitoramento mais bem equipados.

Há um consenso na sociedade de que um ensino público de qualidade é objetivo estratégico para o país. Nos últimos anos, deram-se passos importantes para se enfrentar históricas demandas na Educação. Mas é fundamental que, simultaneamente, o Estado cuide do gerenciamento dos mecanismos criados para alcançar as metas estabelecidas — entre os quais a fiscalização da aplicação dos recursos destinados a estados e municípios.

O Estado deve aperfeiçoar os instrumentos de fiscalização dos repasses

6

Texto 17

Terça-feira, 7 de junho de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Aperto monetário precisa continuar

O Comitê de Política Monetária (Copom) define amanhã o patamar das taxas básicas de juros que vão vigorar na economia brasileira pelos próximos 45 dias. A expectativa predominante no mercado financeiro é que o aperto monetário prosseguirá, pois existem razões objetivas para tal. Embora seja provável que os índices de inflação deem alguma trégua, devido à contribuição dos preços dos alimentos (os bons resultados das safras estão chegando agora à mesa dos consumidores), vários outros fatores que podem impulsioná-los para cima continuam latentes.

Os números sobre a trajetória do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre, contabilizados pelo IBGE, mostram que a economia brasileira já vem crescendo a um ritmo mais moderado. A expansão do consumo das famílias, por exemplo, evo-

luiu 0,6% sobre o trimestre anterior, variação que há muito tempo não se observava — oscilações mais próximas de 2% tinham se tornado habituais. Essa moderação, porém, não será suficiente para desaquecer o mercado de trabalho, haja vista a pauta de reivindicações apresentadas pelos sindicatos que representam categorias profissionais favorecidas pela escassez conjuntural de mão de obra. São reivindicações mais típicas da época da inflação aguda e não de uma economia com relativa estabilidade monetária.

O país não conseguiu se livrar de todos os mecanismos de indexação automática que existiam antes do real e, por isso, qualquer repique inflacionário é

sempre perigoso, com o risco de a alta de preços voltar a se autoalimentar. É o que vem ocorrendo no setor de serviços.

Infelizmente a interrupção desse círculo vicioso somente é possível com um aperto monetário que desencoraje os agentes econômicos a continuar na corrida por reajustes de preços e salários.

Além do aumento de renda, em especial da massa salarial, a demanda por bens e serviços sofre a pressão do crédito, e a forma clássica de contê-la é o encarecimento do financiamento ao consumo. A elevação das taxas básicas em uma economia que convive com juros tão altos sem dúvida não é uma medida agradável e que conte com a simpatia de produtores, co-

merciantes e consumidores. No entanto, a taxa de juros é o instrumento de política monetária que mais rapidamente ataca a inflação.

É claro que a taxa de juros não é o único instrumento de política monetária, e nem é recomendável que o combate à inflação se faça apenas pela via da inibição do crédito. Da política fiscal se espera forte contribuição, até porque o consumo do setor público foi um dos fatores que pressionaram excessivamente a demanda por bens e serviços em 2010 e início de 2011. A contribuição da política fiscal precisa ser persistente, não se resumindo a poucos meses. Resultados como o superávit primário registrado em abril precisam se repetir no decorrer de 2011, o que permitirá que, mais à frente, o aperto monetário seja atenuado. Mas essa fase ainda não chegou, e o Copom provavelmente amanhã manterá o aperto.

Dissídios, em breve, de categorias fortes são um dos problemas

6

Texto 18

Quinta-feira, 30 de junho de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Ajuste ao perfil demográfico

Se havia ainda alguma dúvida sobre a necessidade de novas reformas no sistema previdenciário brasileiro, os resultados do Censo de 2010 eliminaram-na definitivamente. A proporção de idosos na população brasileira dobrará nos próximos trinta anos, e, pelas regras atuais, a previdência será insustentável, pois o déficit do sistema tende a ser astronômico.

Como se trata de uma bomba que só vai estourar no futuro (embora os mercados financeiros costumem antecipar esse efeito), políticos e governantes tendem a empurrar para a frente a solução do problema.

Mas agora está bem claro que, diante de números incontestáveis sobre a evolução do perfil demográfico do país, ignorar essa questão é uma atitude irresponsável. E que acabará tendo um custo elevado para as fi-

nanças públicas já no curto prazo.

Felizmente, o governo Dilma parece disposto a romper esse impasse. Equipes técnicas dos ministérios da Fazenda e da Previdência estão envolvidas na elaboração de uma proposta de minirreforma que, se for encampada pela presidente, poderá ser encaminhada ao Congresso este ano.

A intenção é que haja uma idade mínima para a aposentadoria, com ajuste gradual (dez anos), de modo a equilibrar o tempo de contribuição com o de recebimento de benefícios. Por essa proposta haveria também uma aproximação entre as idades mínimas para aposentadoria de homens e mulheres, o que é justificável diante da nova composição do mercado de trabalho e da

expectativa de vida dos brasileiros.

Essa minirreforma contemplaria também ajustes nas regras de pensões e aposentadorias. Viúvas e viúvos jovens deixariam de receber pensões vitalícias que, em qualquer caso, seriam reduzidas para 70% do valor a que o segurado teria direito em vida (os 30% seriam destinados a dependentes menores de idade).

No ano passado, as pensões representaram cerca de 27,5% (R\$ 70,3 bilhões) do gasto total da previdência (R\$ 254,9 bilhões), o que torna indispensável o controle desse item de despesas.

Essa minirreforma se refere ao regime geral de previdência social (INSS), mas tão importante quanto é o ajuste do sistema

dos servidores públicos.

A criação do fundo previdenciário para os servidores federais já foi autorizada pelo Congresso, resta somente regulamentá-lo para que seja posto em prática. Estados e municípios que têm regimes próprios já instituíram, em grande parte, seus fundos previdenciários. Cabe agora à União seguir o mesmo exemplo.

O impacto financeiro efetivo dessas mudanças no fluxo de caixa da previdência social só ocorreria a longo prazo, pois as novas regras somente atingiriam, em sua plenitude, aos que estão entrando no mercado de trabalho. No entanto, da mesma maneira que os mercados financeiros antecipam os efeitos negativos de uma bomba de retardo, podem desde já considerar o impacto futuro do desarme. Assim, o Tesouro provavelmente terá de pagar prêmios menores para rolar a dívida pública.

Governo precisa mesmo reiniciar a reforma do sistema previdenciário

6

Texto 19

Quarta-feira, 26 de outubro de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Aeroporto do Galeão em estado terminal

Ainviabilidade da manutenção da Infraero no controle dos maiores aeroportos do país é constatação antiga. O apagão aéreo ocorrido a partir de final de 2006, iniciado no movimento grevista de controladores de voo, depois do acidente com o Boeing da Gol, apenas deixou claro um quadro conhecido: com a aceleração da economia, o aumento da concorrência no setor, e a consequente entrada no mercado de novos usuários do transporte aéreo, uma estrutura já com deficiências seria bastante pressionada, mas sem a possibilidade de ser modernizada e expandida devido à comprovada ineficiência da estatal. O próprio Delfim Netto, cuja assinatura de então ministro da Fazenda, no governo Médici, permitiu a criação da empresa, já confessou o arrependimento. Os militares lhe disseram que a estatal teria cerca de 600 funcionários. Delfim acreditou. Há tempos ela sustenta vários mi-

lhares deles, parte transportada para a empresa por nomeações políticas.

Apesar da resistência ideológica de Brasília a que empresas privadas gerenciem terminais — usual em países desenvolvidos —, o risco de situações vexaminosas nos eventos esportivos de grande porte previstos para 2014 (Copa) e 2016 (Olimpíadas, no Rio) levou o governo Dilma a ceder na concessão de aeroportos. Mas o risco de problemas continua elevado, nas duas competições, como na Jornada Mundial da Juventude, marcada pelo Vaticano para 2013, também no Rio.

Apesar disso, o Galeão (Antonio Carlos Jobim) não entrou na relação dos primeiros aeroportos a serem licitados. Só depois de Guarulhos e Viracopos, em São Paulo,

e de Brasília, ocorrerá a oferta da concessão do Galeão, junto com o aeroporto de Confins, de Belo Horizonte. Mesmo que a situação esteja deplorável.

O GLOBO publicou reportagens sobre o quadro de abandono dos dois terminais do Galeão, com depoimentos taxativos de usuários. Chega-se de voos internacionais de dez ou mais horas de duração e fica-se bem mais de 10% deste tempo em pé, nas filas de passaporte, de espera de malas e na Alfândega. Elevadores não funcionam e esteiras para facilitar o trajeto entre os dois terminais nem sempre estão ligadas. Banheiros são repulsivos, faltam restaurantes, lanchonetes e bares abertos como requer qualquer aeroporto que faça jus ao nome: 24 horas, ao menos no caso de

bares e lanchonetes. E depois de o viajante passar por esta sucessão de provas exasperantes, se não tiver carro no estacionamento — sinal de bom-senso, pois ele é também precário e muito caro —, correrá o risco de cair na malha das máfias de taxistas. Se optar pelo ônibus, também padecerá: os horários são incertos.

O presidente da Infraero, Antonio Gustavo do Vale, reconhece as deficiências do Galeão, mas garante que, nos próximos dois anos, os investimentos programados mudarão o cenário. Será? Pois a estatal, por ineficiência, é conhecida por sequer conseguir gastar os recursos que tem nos prazos necessários. Há outra ameaça, e não só sobre o Galeão: a ideia de, nas empresas privadas criadas para gerenciar os terminais licitados, a estatal ter garantidos 49% do controle. Cria-se um fator de desestímulo a investidores em potencial. Parece até que a ideia é esta mesma.

Apesar de toda a precariedade, ele ficou para a segunda lista de licitações

6

Texto 20

Quinta-feira, 7 de julho de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Reflexos positivos no sistema penitenciário

As mudanças no Código de Processo Penal que abrem espaço para tirar da prisão detentos à espera de sentença partem de dois propósitos corretos. O primeiro diz respeito ao princípio de que a Justiça não deve punir por presunção. O segundo tem preocupações administrativas: há no país um crescente déficit de vagas no sistema penitenciário, responsável por uma explosiva realidade em que, na maior parte das unidades prisionais, a população carcerária é superior à capacidade de lotação das celas. Com as alterações, que entraram em vigor no início da semana, o Poder Judiciário se instrumentaliza ainda mais para dar curso às ações — algumas já implementadas, como os mutirões judiciais nas penitenciárias — que visam a encontrar respostas adequadas para o problema carcerário brasileiro.

É grave a questão das prisões provisórias. As cadeias do país abrigam quase 220 mil de-

tentos que ainda não foram a julgamento. São presos sem condenação definitiva, muitos sem antecedentes criminais ou autores de crimes leves. Na prática, mantidos encarcerados por tempo indeterminado, expiam uma culpa que nem sempre vem a ser comprovada ou, ainda que o seja, passível de penas inferiores ao período já passado na cela.

Por si só, essa é uma realidade condenável. Mas a torna ainda mais inaceitável o agravante de que esses detentos são despejados num sistema viciado, dominado por facções criminosas e pela promiscuidade entre presos e agentes públicos corruptos, no qual, em vez de ações efetivamente corretivas, prevalecem práticas que acabam transformando réus de baixa periculosidade em

bandidos irrecuperáveis. Mantê-la vai de encontro a movimentos, defendidos e levados a efeito por órgãos da Justiça, para reduzir a alta ebulição de um caldeirão que tem emitido, à custa de violência e tragédias humanas, sinais de combustão.

O segundo propósito das mudanças no CPP implica, para se realizar, movimentos complementares. O déficit de vagas nos presídios supera com certeza o total de detentos que serão beneficiados, ao menos a curto prazo, pelas alterações na legislação. Além disso, calcula-se que o número de mandados de prisão não cumpridos seja equivalente ao da população carcerária do país. É uma equação que mantém o dilema da falta de vagas nas penitenciárias. Ressalte-se, tam-

bém, que não se pode abandonar um princípio do combate à criminalidade — é preciso prender bandidos, como mostram políticas positivas de redução de indicadores de crimes adotadas por cidades como Nova York e São Paulo. Isso pressupõe construir presídios, além de alívio na superlotação carcerária com a aplicação de penas alternativas para crimes menos graves ou a revisão de prontuários para acabar com as prisões temporárias.

Por fim, o significativo passo dado com as alterações no CPP representa novo desafio para a Justiça no campo da execução penal. As previsíveis revisões de processos à luz do novo perfil do CPP devem ser criteriosas, para evitar, por exemplo, a aplicação burocrática de benefícios, sem levar em conta a periculosidade do réu — como tem acontecido em concessões de progressão de pena. A legislação muda para aperfeiçoar a Justiça e evitar iniquidades, nunca para punir a sociedade.

Mudanças no CPP aliviam, mas não eliminam a superlotação nos presídios

6

Texto 21

Terça-feira, 23 de agosto de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

A diversificada tecnologia da corrupção

Assim como o Brasil não foi fundado em 2003, como queria fazer crer a propaganda lulopetista, a corrupção não surgiu nos últimos oito anos na vida pública do país. Mas, reconheça-se, tomou grande impulso a partir de um modelo de montagem de governo em que a principal preocupação não é a busca por melhorias na qualidade da administração, mas a quantidade de votos assegurados no Congresso, para garantir a "governabilidade". Em nome dela, amplas e estratégicas áreas da máquina pública foram cedidas a partidos aliados, com carta-branca para administrar os respectivos orçamentos, em todo ou em parte, como bem entendessem.

Durante este tempo diversificaram-se os métodos de desvio de recursos do Tesouro de forma ilícita. Há desde a simulação de gastos com marketing e publicidade para retirar dinheiro de estatal (BB/Visanet), como foi fei-

to para ajudar a lubrificar o esquema do mensalão, até métodos clássicos de superfaturamento de obras por meio de aditivos. O golpe está registrado no currículo do PR na administração que fez no Ministério dos Transportes e seu Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit).

Do Ministério da Agricultura, sabe-se da relação promíscua do ex-ministro Wagner Rossi (PMDB) e filho, Baleia, deputado estadual paulista pelo partido do pai, com uma empresa fornecedora de vacinas antiaftosa, e da acusação contra a cúpula da Pasta feita por Jucazinho, por sua vez destituído por desviar dinheiro da Conab. Por ser um ministério entregue ao PMDB com "porteira fechada" — assim como, em alguma medida, foi feito nos

Transportes com o PR —, é provável que uma auditoria atenta revele usos e costumes obscuros bastante consolidados. Pode-se imaginar o tipo de rastros que deixou o lobista Júlio Fróes, de livre trânsito na comissão de licitações da Pasta.

Já no Turismo, de Pedro Novais, capturado pelo PMDB maranhense e sua sublegenda do Amapá, onde o senador José Sarney tem base eleitoral, permitiu-se o uso da gazuza da emenda parlamentar para o sequestro de dinheiro do contribuinte. O golpe de usar gastos com "formação de mão de obra" por ONGs para justificar a subtração de dinheiro do Erário foi usado no Amapá e, soube-se depois, em Sergipe, por meio de um convênio de tramitação relâmpa-

go pelo ministério.

As alegadas despesas com treinamento serviram para a aprovação a jato de convênio milionário com uma ONG sergipana sem qualquer experiência no que prometia executar: formar 18 mil cozinheiros, garçons, motoristas de táxi, entre outros profissionais, para estimular o turismo no estado. A organização já recebeu R\$ 3 milhões dos R\$ 8 milhões prometidos, embora não houvesse matriculado um único aluno, revelou O GLOBO. O Turismo se candidata a ser outro generoso vazadouro de recursos públicos.

Ao contrário do que alguns pensam, não há "udenismo" nas denúncias, até porque o Brasil de hoje pouco tem a ver com o da década de 50. O Estado tem mecanismos de combate à corrupção, e não há a necessidade de movimentos políticos que tendem a gerar crises institucionais em nome da moralização. Eles não podem é ser impedidos de funcionar.

Montagem de governo não está voltada à melhoria da administração